

Aut.
27/12/17
Juliano
A. A. 1001
357-
A. A. 1001



Primeiro o utente

FUNDADA EM 1509
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

Relatório de Atividades

e

Contas

2017

Handwritten signatures and initials in the top left corner.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017



Índice

1. Corpos Gerentes

2. Relatório de Atividades

2.1 Introdução

2.2 Administração Geral da Irmandade

2.2.1 Assembleias Gerais

2.2.2 Mesa Administrativa

2.2.3 Definitório

2.3 Atividades Desenvolvidas

2.3.1 Área da Terceira Idade

2.3.2 Área da Infância e Juventude

2.3.3 Área de Gestão do Património

2.3.4 Área Agropecuária

2.3.5 Área Social – Rendimento Social de Inserção (RSI)

2.3.6 Instituto Eduardo Cepeda

2.3.7 Cantina Social

2.4 Outras Actividades

2.4.1. – Área Social

2.4.2 – Área de Recursos Humanos

2.5 Gestão Financeira

3. Demonstrações Financeiras

3.1 Consolidadas

3.1.1 Balanço

ARZ
M. J. P.
V. S. L.
M. J. P.
M. J. P.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

3.1.2 Demonstração de Resultados por Natureza

3.1.3 Demonstração dos Resultados por Áreas

3.1.4 Demonstrações de Fluxos de Caixa

3.1.5 Anexo

3.2 Exploração Departamental

3.2.1 Terceira Idade

- Lar Sto. António dos Capuchos
- Lar Fernando de Oliveira Mendes
- Lar S. Martinho
- Serviço de Apoio Domiciliário

3.2.2 Infância

- Jardim de Infância “O Capuchinho”
- Creche “O Capuchinho”
- Creche Sto. António dos Capuchos

3.2.3 Gestão do Património

3.2.4 Instituto Eduardo Cepeda

3.2.5 Agropecuária

3.2.6 Área Social - Rendimento Social de Inserção (RSI)

3.2.7 Cantina Social

4. Certificação Legal de Contas

5. Parecer do Definitório

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017



I. Corpos Gerentes

Mesa da Assembleia Geral

Lúcia Manuela de Sousa Ferreira Nunes Marinheiro, Dr.^a *Presidente em exercício*

Sandra Cristina Cerqueira dos Santos, Dr.^a *Vice-Presidente*

Francisco José Magalhães e Reis Brandão dos Santos, Dr.

Mesa Administrativa

Júlio Manuel Mesquita, Prof. *Provedor*

Joaquim Barbosa Esteves, Prof. *Vice-Provedor*

António Jorge Reis Moreira, Dr. *Tesoureiro*

Anabela Coelho Pereira, Dr.^a *Secretária*

Maria de Fátima Machado Silva, Prof.^a

Manuela Fernanda Pereira Pinto da Silva, Prof.^a

José Fernando Coelho Ferreira, Dr.

Definitório

Eduardo Nascimento Moreiras Ferreira Nunes, Dr. *Presidente*

António Gaspar Pereira Coelho Dias, Dr. *Vice-Presidente*

Álvaro Adriano Sousa Moreira

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

2. Relatório de Atividades

2.1 Introdução

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, de harmonia com o estabelecido no Compromisso da Irmandade, vem apresentar aos Ex.mos Irmãos o Relatório de Atividades e Contas referentes ao exercício 2017, assim como o Parecer do Definitório e a Certificação Legal de Contas.

No presente relatório estão indicadas as principais actividades que permitem ajuizar o trabalho desenvolvido pela Mesa Administrativa no âmbito das suas competências. Na sua estrutura, são apresentadas informações e mapas complementares que procuram traduzir a atividade exercida em cada área de atuação.

Neste relatório, ressaltamos alguns aspetos que consideramos mais determinantes no apuramento dos resultados líquidos deste exercício económico, nomeadamente:

- 1) Na área da Terceira Idade, os resultados líquidos não foram melhores, devido ao elevado aumento dos gastos com pessoal, especificamente pelo impacto do aumento do salário mínimo nacional, pelas alterações das tabelas salariais do Acordo Coletivo de Trabalho de outubro de 2016, que abrangeu todas as categorias profissionais, e pelo alargamento/ajustamento do quadro de pessoal, em função do elevado grau de dependência dos Utentes que temos institucionalizados nos nossos Lares, necessitando de ajuda para, praticamente, todas as atividades de vida diária;
- 2) Na área da Infância, os resultados foram inferiores ao exercício económico anterior, devido ao aumento dos gastos de pessoal, com a implementação das alterações das tabelas salariais do Acordo Coletivo de Trabalho de outubro de 2016, e, à diminuição das mensalidades pagas pelas crianças;
- 3) Na área da Agropecuária os resultados melhoraram face ao exercício anterior, devido ao aumento da produção agrícola;
- 4) Os resultados da área da gestão do património melhoraram, com o acréscimo significativo da rubrica de renda e outros rendimentos de propriedades de

Handwritten notes and signatures in the top left corner, including names like 'Miguel' and 'Ray'.

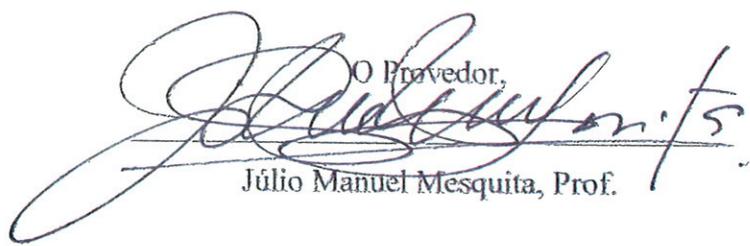


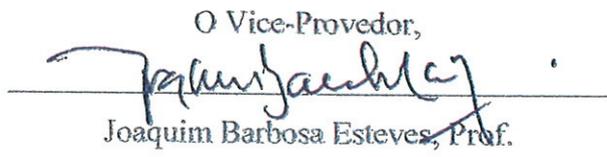
RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

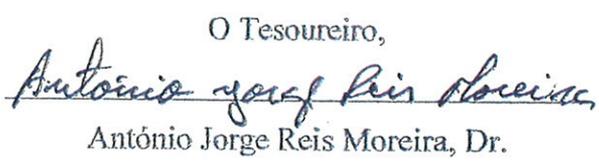
investimentos, contudo – atenuada pelas diminuições verificadas nas rubricas de donativos e de alienações de ativos;

5) Diminuição da rubrica de gastos e perdas financeiras, com a revisão em baixa da taxa de juro do empréstimo bancário, e da reduzida utilização efetuada na conta corrente caucionada;

6) A rubrica de juros e outros rendimentos similares diminuiu neste exercício, não por se ter reduzido o montante das aplicações a prazo, pois até aumentou significativamente, mas devido à diminuição acentuada das taxas de juro verificadas para este tipo de aplicações.

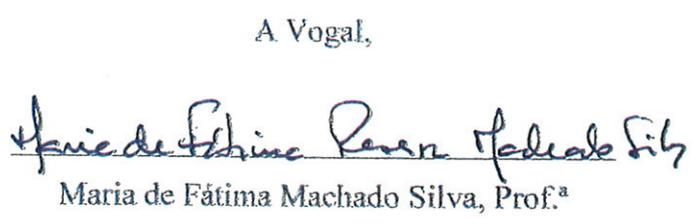
O Provedor,

Júlio Manuel Mesquita, Prof.

O Vice-Provedor,

Joaquim Barbosa Esteves, Prof.

O Tesoureiro,

António Jorge Reis Moreira, Dr.

A Secretária,

Anabela Coelho Pereira, Dr.ª

A Vogal,

Maria de Fátima Machado Silva, Prof.ª

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017



[Handwritten signatures and initials]

A Vogal,

Manuela Fernanda Pereira Pinto Silva
Manuela Fernanda Pereira Pinto Silva, Prof.ª

O Vogal,

José Fernando Coelho Ferreira
José Fernando Coelho Ferreira, Dr.

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017



2.2 Administração Geral da Irmandade

2.2.1 Assembleias Gerais

A 31/12/2017 a nossa Irmandade contava com o número de 276 Irmãos.

Com a finalidade de cumprir o estatuído no Compromisso, a Irmandade reuniu duas vezes:

A primeira, Ordinária, no dia 31 de março de 2017, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Proceder à leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia Geral, sessão ordinária de 30.11.2016;
2. Apresentação, apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas e Parecer do Definitório referentes ao exercício de 2016;
3. Apreciar, discutir e votar proposta da Mesa Administrativa, no sentido de autorização da venda, em carta fechada, dirigidas à mesma, dos imóveis seguintes:
 - Prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo 797, freguesia de Rio Mau, concelho de Penafiel, constituído por eucaliptal, sito no Lugar de Vale da Extrema, pelo valor de 60.800,00€, conforme avaliação;
 - Prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo 6330, freguesia e concelho de Penafiel, constituído por Pastagens naturais, sito no lugar do Monte, pelo valor de 26.000,00€, conforme avaliação;
4. Ponto de situação do processo de quotizações dos Irmãos;
5. Outros assuntos relevantes de interesse para a Instituição.

A segunda, Ordinária, no dia 28 de novembro de 2017, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Proceder à leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia Geral, sessão ordinária de Leitura de 31/03/2017;
2. Apreciar e votar a proposta da Mesa Administrativa, no sentido de alterar a base de licitação de 60.800,00€ para 52.000,00€, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 797, freguesia de Rio Mau, concelho de Penafiel, constituído por eucaliptal, sito no Lugar de Vale da Extrema, já autorizado para alienação em Assembleia Geral de 31.03.2017;



Handwritten signatures and initials:
M. (A)
S. (A)
3/27
A. (A)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

3. Apreciar, discutir e votar o Plano de Atividades e o Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos para o ano de 2018;
4. Apreciar e votar a proposta da Mesa Administrativa no sentido de alterar o valor da quota social para 40,00€, a pagar duma só vez, anualmente, ou em 2 vezes, semestralmente, a vigorar a partir de 2018;
5. Outros assuntos relevantes de interesse para a Instituição.

2.2.2 Mesa Administrativa

A Mesa Administrativa reuniu quinzenalmente, quase sempre com a presença da totalidade dos seus elementos.

2.2.3. Definitório

Para além das reuniões periódicas previstas no artigo 36.º n.º 1 do Compromisso, o Definitório reuniu nas seguintes datas:

- em 23 de março de 2017, para apreciar as Contas de Gerência de 2016 e emitir o competente Parecer;
- em 7 de novembro de 2017, para apreciar o Plano de Atividades e o Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos para o ano 2018.

Handwritten signatures and initials:
Cus
M
L
3/12
A
D
A

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

- Procedeu-se à aquisição de loiças e diversos utensílios de cozinha, bem como tecidos e atalhados para todos os Lares de Terceira Idade;
- Para o Serviço de Apoio Domiciliário adquiriu-se termos para transporte de refeições.

2.3.2 Área da Infância

- A sala dos 5 anos do Jardim-de-infância “O Capuchinho” foi equipada com um computador e demais acessórios para uso pedagógico;
- Para a Creche “O Capuchinho”, adquiriu-se berços de espuma, espreguiçadeiras e cadeiras de alimentação, para a sala dos bebés, e dois rádios com leitor de CD’s e USB’s, um deles, colocado no Salão Polivalente para o desenvolvimento de atividades extracurriculares;
- Na Creche de Santo António dos Capuchos, expandiu-se a zona do parque dos bebés, através da colocação de tapetes acolchoados e respetiva vedação, e adquiriu-se dois rádios com leitor de CD’s e USB’s;
- Procedeu-se à colocação de velas de sombreamento dos equipamentos instalados no parque infantil existente entre os dois edifícios das valências da infância;
- Para as valências da infância adquiriu-se brinquedos e diverso material didático e de apoio, atalhados, loiças e utensílios de cozinha.

2.3.3 Área de Gestão do Património

- Início do Projeto de “Reabilitação, Conservação e Restauro da Igreja da Misericórdia de Penafiel”, cofinanciada pelo NORTE2020, no âmbito do Aviso de Abertura de Candidatura n.º NORTE-14-2016-03 - Prioridade de Investimento, Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Natural e Cultural – Património Cultural, para a “Reabilitação, Conservação e Restauro da Igreja da Misericórdia de Penafiel”, que contempla as seguintes componentes:

Handwritten signatures and initials in the top left corner.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017



- 1) Empreitada de “Reabilitação, Conservação e Restauro da Igreja da Misericórdia de Penafiel”;
- 2) Serviços de Fiscalização da Empreitada;
- 3) Serviços de Acompanhamento Técnico em Obra;
- 4) Serviços de Promoção e Divulgação da Operação de “Reabilitação, Conservação e Restauro da Igreja da Misericórdia de Penafiel”.

Prevê-se a conclusão das três primeiras componentes no mês de maio de 2018 e a última, apenas em outubro de 2018.

- Na Igreja de Santo António dos Capuchos, foram colocados estores de sombreamento na zona de exposição e aumentou-se a iluminação exterior;

- Em meados do ano 2017, submeteu-se uma pré-candidatura ao programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”, promovido pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), para a reabilitação dos prédios da Rua Direita, em frente à Igreja Matriz, estimada em cerca de quinhentos mil euros, a qual reuniu as condições de elegibilidade e foi aprovada pelo Conselho Diretivo do IHRU, para a concessão de um incentivo reembolsável a quinze anos, com taxa fixa reduzida.

Após essa aprovação, encetou-se a elaboração dos projetos de arquitetura e especialidades, que se prevê submeter à apreciação da Autarquia e da Direção Regional de Cultura do Norte, até ao final do mês de março de 2018.

- Para o Salão Polivalente, adquiriu-se mais 70 cadeiras para a sala de atividades e um armário frigorífico de conservação e ainda um esquentador de apoio à copa/cozinha da sala;

- Para os Serviços Administrativos adquiriu-se um computador portátil;

Ala
Cruz
M
L
357
ads

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

da Mãe, dos Avós (com a participação dos nossos Utentes numa atividade comunitária organizada pela Câmara Municipal de Penafiel, no Parque da Cidade de Penafiel), do Idoso, do dia mundial do Riso (realização de diversas atividades de grupo com a colaboração do Prof. Santos, treinador dos Utentes que participam no campeonato de boccia sénior), do dia mundial da pessoa com a doença de Alzheimer, do dia mundial da fisioterapia, do dia mundial do cinema (sessão cinematográfica realizada no Salão Polivalente), realização de variados jogos, tradicionais, didáticos e de estimulação cognitiva, o convívio do magusto de S. Martinho, e a realização de diversos piqueniques, com animação, nos jardins dos Lares e a festa de Natal.

Ao longo do ano, contamos com a colaboração, de periodicidade semanal, dos professores de atividade física, música e boccia.

As atividades de animação, psicologia e fisioterapia são diárias. Estas últimas são desenvolvidas por uma técnica de diagnóstico e reabilitação a tempo inteiro e outra em regime de prestação de serviços.

Nos Jardins-de-infância e Creches, durante o ano 2017, desenvolveram-se inúmeras atividades com os Utentes, nomeadamente: a tradicional participação activa nos cortejos do Carnaval e do Carneirinho, a comemoração e o cantar dos Reis, as festas-surpresa de comemoração do Dia da Mãe (com uma aula de Zumba proporcionada pelo Prof. André), do Dia do Pai (pequeno-almoço convívio) e do Dia dos Avós (com muita música, jogos tradicionais e pinturas), os passeios aos Parques de Diversões “Feijão Verde”, em Vila Nova de Gaia, para as crianças do Jardim-de-infância, e “Playcenter”, em Avintes – Vila Nova de Gaia, para as crianças das creches, as duas semanas de praia na Praia Pedras do Corgo - Matosinhos, visitas ao Museu Municipal de Penafiel e suas salas temáticas, onde lhes proporcionaram novos conhecimentos e experiências, na área da arqueologia e confecção do pão, ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Penafiel (visitaram todo o Quartel e as viaturas de socorro) e ao Vaivém Oceanário (projeto de sensibilização para a proteção do ambiente, principalmente do oceano, e tiveram a oportunidade de observar e sentir os corais, pele, dentes e ovos de tubarão), realização de uma Feira do Livro, as comemorações do dia da água, do dia mundial da meteorologia, do dia internacional da terra (elaboração de cartazes para apelar à

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

consciencialização ecológica), dia mundial da árvore e da floresta (plantaram duas árvores, uma nespereira e uma macieira), dia da Europa (as educadoras usaram vestuário típico de alguns países europeus), dia mundial da criança (um dia especial com muita brincadeira, saltos, pinturas e mergulhos numa piscina de bolas), dia mundial do ambiente (construíram ecopontos), dia mundial dos oceanos (visualização de um filme no Salão Polivalente), dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Europeias (assistiram a uma dramatização sobre descobrimentos), dia do “Halloween” (vestiram as crianças com roupas alusivas ao tema e divertiram-se...com algumas guloseimas à mistura), dia nacional do pijama (vestidos a rigor realizando uma festa divertida), o magusto de S. Martinho com uma visita à Feira de S. Martinho (para desfrutarem das variadas diversões, carrosséis e comerem umas farturas quentinhas), as tradicionais festas de Finalistas, de demonstração das atividades de enriquecimento curricular e de Natal e a participação no projeto de “Troca Europeia de Decorações de Natal”, que integrou 29 escolas de toda a Europa.

Também publicamos, ao longo do ano, três edições do Boletim Informativo da Misericórdia.

2.4.2 – Área dos Recursos Humanos

Os Utentes das valências da Terceira Idade caracterizam-se como tendo uma média de idade bastante avançada e um elevado grau de dependência, o que exige um quadro de pessoal permanente alargado, no sentido de ser assegurado um serviço com dignidade e humanidade.

Em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e outras entidades formadoras, proporcionamos vários estágios profissionais, não remunerados, nas áreas da Terceira Idade e da Infância, e seis remunerados, um na área da Infância, para uma Ajudante de Ação Educativa, cinco na área da Terceira Idade, três Ajudantes Familiares, uma empregada de roupa e uma Psicóloga.

Handwritten signatures and initials:
M.F.
A.A.
E.S.
A.C.
G.S.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

Número médio de Utentes na Instituição, por áreas, no Exercício de 2017:

- Terceira Idade – 150 Utentes;
- Infância – 131 Utentes;
- Rendimento Social Inserção – 200 Beneficiários;
- Cantina Social – 66 Refeições/dia.

Número médio de Funcionários ao serviço da Instituição, por áreas, no final do ano de 2017:

A tempo inteiro:

- Terceira Idade – 87 funcionários;
- Infância – 27 funcionários;
- RSI – 5 funcionários;
- Cantina Social – 2 funcionários;
- Agropecuária – 3 funcionários;
- Comuns às valências – 20 funcionários.

A tempo parcial:

- Museu de Arte Sacra – 1 funcionária;

Prestadores de Serviços na Terceira Idade:

- Médicos – 3 (sendo 2 de Clínica Geral e 1 de Psiquiatria);
- Enfermeiros – 3;
- Fisioterapeuta – 1;
- Nutricionista – 1;
- Professora de música: 1;
- Professor de ginástica: 1;
- Professora de Inglês: 1 (Infância);
- Professor de patinagem artística: 1 (Infância).

Handwritten signatures and initials, including 'M. J.', 'L. J.', and 'A. J.', along with the date '20/12/17'.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017



2.5. Gestão Financeira

Os resultados são semelhantes aos verificados no ano anterior, alicerçados numa gestão rigorosa ao nível dos custos na maioria dos bens e serviços e numa otimização de recursos.

Da análise comparativa, expressa em modo gráfico, podem inferir-se as seguintes conclusões, quanto à atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, durante o ano 2017:

a) **Resultado Líquido:** atingiu um valor positivo de 72.005,65 €

b) **Cash Flow** – Resultados antes de impostos, acrescidos dos gastos com depreciações e amortizações e as provisões, registou, em 2017, um valor de 317.068,31€;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017



Handwritten signatures and initials, including 'Chaf', 'Rafael', 'Cristina', '21/12', and 'acfb'.

3. Demonstrações Financeiras

3.1 Consolidadas

3.1.1 Balanço

3.1.2 Demonstração de Resultados por Natureza

3.1.3 Demonstração dos Resultados por Áreas

3.1.4 Demonstrações de Fluxos de Caixa

3.1.5 Anexo

3.2 Exploração Departamental

3.2.1 Terceira Idade

3.2.2 Infância

3.2.3 Gestão do Património

3.2.4 Instituto Eduardo Cepeda

3.2.5 Agropecuária

3.2.6 Área Social (RSE)

3.2.7 Cantina Social

1/27. *[Handwritten signature]*
 2017. *[Handwritten signature]*
 ADM

Balço	Notas	Exercícios	
		Ano 2017	Ano 2016
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5	5.469.382,34 €	5.013.892,97 €
Bens do Património Histórico e Cultural	5	102.753,46 €	102.753,46 €
Propriedades de Investimento	18	552.059,96 €	569.199,67 €
Activos Intangíveis	6	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros	15	15.417,19 €	7.983,23 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/...	15	2.832,50 €	2.077,50 €
		6.142.445,45 €	5.695.906,83 €
Ativo Corrente			
Inventários	9	15.225,42 €	10.241,12 €
Cientes	15	11.211,72 €	13.018,51 €
Adiantamentos a Fornecedores			
Estado e Outros Entes Públicos	18	21.904,19 €	10.123,90 €
Outras Contas a Receber	18	362.258,02 €	700.169,43 €
Diferimentos	18	6.260,51 €	6.550,24 €
Outros Ativos Financeiros			
Caixa e Depósitos Bancários	18	566.893,53 €	468.139,18 €
		983.753,39 €	1.208.242,38 €
Total do Activo		7.126.198,84 €	6.904.149,21 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	18	95.708,03 €	95.708,03 €
Excedentes técnicos			
Reservas	18	38.903,79 €	38.903,79 €
Resultados transitados		3.219.651,39 €	3.092.959,22 €
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	18	2.710.607,66 €	2.748.872,68 €
Resultado Líquido do Período		72.005,65 €	126.692,17 €
Fornecedores com Caução			
Total do Fundo de Capital		6.136.876,52 €	6.103.135,89 €
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões			
Provisões Específicas			
Financiamentos Obtidos	18	458.122,06 €	483.778,36 €
		458.122,06 €	483.778,36 €
Passivo Corrente			
Fornecedores	15	18.421,24 €	8.075,30 €
Adiantamentos de Cientes			
Estado e Outros Entes Públicos	18	91.951,62 €	70.771,12 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/...			
Financiamentos Obtidos	18	5.000,00 €	5.000,00 €
Diferimentos	18	19.895,01 €	18.439,75 €
Outras Contas a Pagar	18	395.932,39 €	214.948,79 €
Outros Passivos Financeiros			
		531.200,26 €	317.234,96 €
Total do Passivo		989.322,32 €	801.013,32 €
Total do Fundo de Capital e Passivo		7.126.198,84 €	6.904.149,21 €

Handwritten notes:
 21/2
 2017
 2016
 2017
 2016

Demonstração de Resultados por Natureza			
	Notas	2017	2016
Rendimentos e Gastos			
Vendas e Serviços Prestados	10	1.232.568,38	1.186.610,50
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	12	1.226.204,40	1.198.680,90
Variações da produção	9	9.223,11	2.197,51
Trabalhos para a Própria Instituição	9	70.459,45	64.402,00
Custos Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	9	-456.113,08	-437.072,35
Fornecimentos e Serviços Externos	18	-525.222,13	-581.260,12
Gastos com o Pessoal	16	-1.774.109,70	-1.596.498,71
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dividas a Receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras Imparidade (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de Justo Valor	10	5.403,48	1,17
Outros Rendimentos e Ganhos	18	551.810,34	556.056,08
Outros Gastos e Perdas	18	-3.828,93	-5.384,40
Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		336.395,32	387.732,58
Gastos de Depreciação e de Amortização	5,6,18	-245.062,66	-236.624,72
Resultado Operacional antes de Gastos de Financiamento e Impostos		91.332,66	151.107,86
Juros Dividendos e Outros Rendimentos Similares	10	2.348,90	3.763,81
Juros e Gastos Similares Suportados	8	-21.675,91	-28.179,50
Resultado antes de Impostos		72.005,65	126.692,17
Imposto sobre o Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		72.005,65	126.692,17

Handwritten notes and signatures:
3/27
Luis
AM
DLS

Índice

Nota 1) Identificação da entidade -----	Pág. 2
Nota 2) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras -----	Pág. 2
Nota 3) Principais políticas contabilísticas -----	Pág. 3
Nota 4) Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros -----	Pág. 4
Nota 5) Ativos fixos tangíveis -----	Pág. 5
Nota 6) Ativos intangíveis -----	Pág. 6
Nota 7) Locações -----	Pág. 7
Nota 8) Custos de empréstimos obtidos -----	Pág. 7
Nota 9) Inventários -----	Pág. 7
Nota 10) Rédito -----	Pág. 9
Nota 11) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes -----	Pág. 9
Nota 12) Subsídios do Governo e outros apoios -----	Pág. 9
Nota 13) Efeitos de alterações em taxas de câmbio -----	Pág. 10
Nota 14) Imposto sobre o Rendimento -----	Pág. 10
Nota 15) Instrumentos Financeiros -----	Pág. 10
Nota 16) Benefícios dos empregados -----	Pág. 11
Nota 17) Informações exigidas por outros diplomas legais -----	Pág. 11
Nota 18) Outras informações -----	Pág. 11

Handwritten notes and signatures:
27/06/1985
38/1
ACB
4/5

Nota 1) Identificação da entidade

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel.

Sede social: Largo Santo António dos Capuchos, 4560-454 Penafiel.

Natureza da atividade: É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção-Geral da Segurança Social, no livro 2 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 27/85, fls. 13 verso, em 26/06/1985.

Nota 2) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC – ESNL é regulado pelos seguintes diplomas: a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo), a Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de Contas específico para as ESNL) e o Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as ESNL, NCRF-ESNL)

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimentos”; por sua vez as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento.



Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não aplicável.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.

Nota 3) Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Inventário

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Cientes, fornecedores e outros valores a receber e a pagar

As contas de "Clientes e Utentes", "Fornecedores" e "Outras contas a receber e a pagar" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as

mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL.

Nota 4) Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas contabilísticas e Erros

Uma política contabilística só deverá ser alterada se for exigido por uma norma ou interpretação ou se tal resultar em informação fiável e mais relevante.

Para as alterações nas estimativas a NCRF-ESNL prescreve um tratamento prospetivo, sendo o efeito patrimonial reconhecido no período da alteração, se a alteração afetar apenas esse período, ou no período de alteração e futuros períodos, se a alteração afetar ambas as situações.

A correção de erros materiais de um período anterior é excluída dos resultados do período em que os erros são detetados, sendo efetuada diretamente em resultados transitados.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, alterações de estimativas ou erros.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'AEB', 'M. J. R.', and 'J. A. R.'.

Nota 5) Ativos Fixos Tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos Tangíveis	Vida Útil	Tx. Depreciação
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	6 - 50	2% - 16,66%
Equipamento básico	6 - 10	10% - 16,66%
Equipamento de transporte	5 - 8	13% - 20%
Equipamento administrativo	3 - 6	16,66% - 33,33%
Equipamentos biológicos	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 8	13% - 50%

d) / e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	AFT em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta:								
Saldo a 31/12/2016	36.913,42	8.326.491,68	903.791,14	294.498,57	176.459,03	256.659,64	22.537,75	10.017.351,23
Adições		66.660,35	16.670,61		2.009,27		600.427,97	685.768,20
Revalorizações								0,00
Transferências								0,00
Alienações								0,00
Abates								0,00
Saldo a 31/12/2017	36.913,42	8.393.152,03	920.461,75	294.498,57	178.468,30	256.659,64	622.965,72	10.703.119,43
Depreciações Acumuladas:								
Saldo a 31/12/2016		3.493.833,16	852.285,25	230.255,11	170.425,10	153.906,18		4.900.704,80
Adições		197.196,28	12.255,26	17.982,62	2.844,57			230.278,83
Revalorizações								0,00
Transferências								0,00
Alienações								0,00
Abates								0,00
Saldo a 31/12/2017		3.691.029,44	864.540,51	248.237,73	173.269,77	153.906,18		5.130.983,63

Nota 6) Ativos Fixos Intangíveis

3/27
 AEB
 ALG
 Luis
 ARM

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos Intangíveis	Vida Útil	Tx. Amortização
Marcas Comerciais	5	20
Licenças e Franquias	5	20
Estudos e Projetos	5	20
Ativos intangíveis em desenvolvimento	5	20

- b) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2016 são os que se seguem:

Goodwill	Projetos de Desenvol.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros AI	AI em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta:						
Saldo a 31/12/2016				131.844,19		131.844,19
Adições						0,00
Revalorizações						0,00
Transferências						0,00
Alienações						0,00
Abates						0,00
Saldo a 31/12/2017				131.844,19		131.844,19
Depreciações Acumuladas:						
Saldo a 31/12/2016				131.844,19		131.844,19
Adições						0,00
Revalorizações						0,00
Transferências						0,00
Alienações						0,00
Abates						0,00
Saldo a 31/12/2017				131.844,19		131.844,19

Nota 7) Locações

As locações podem ser definidas como operacionais ou financeiras. Uma locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo, independentemente da transferência do respetivo título de propriedade. Caso contrário, deverá ser classificada como locação operacional.

Não dispomos de contratos de locações.

Nota 8) Custos de empréstimos obtidos

8.1. Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

8.2. Quantia dos custos de empréstimos obtidos capitalizada

Os custos de empréstimos obtidos capitalizados foram os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Juros de financiamento obtidos - Empréstimo Bancário	14.846,64	20.756,50
Juros de outros financiamentos obtidos	132,49	156,29
Outros	6.696,78	7.266,71
Total	21.675,91	28.179,50

Nota 9) Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada:

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Entidade adota como fórmula de custeio dos seus inventários, a identificação específica, ou seja, são atribuídos a elementos identificados do inventário nos seus custos individuais.

9.2. A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período:

3/15/17
 AOB
 ADM
 [Handwritten signatures]

	2017		2016	
	Mercadorias	Matérias-Primas, subs. e de consumo	Mercadorias	Matérias-Primas, subs. e de consumo
Inventário Inicial		7.206,12		6.697,26
Perdas por Imparidade				
Compras		318.551,22		316.159,19
Subcontratos				
Autoconsumos		70.459,45		64.402,00
Doações em espécie		66.341,71		57.020,02
Inventário Final		6.445,42		7.206,12
Gasto do Período		456.113,08		437.072,35

9.3. A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como um gasto do período:

	2017		2016	
	Produtos Acabados/ Intermediários	Produtos e Trabalhos em Curso	Produtos Acabados/ Intermediários	Produtos e Trabalhos em Curso
Inventário Inicial	3.035,00		7.105,00	
Ganhos por Imparidade				
Autoconsumos				
Inventário Final	8.780,00		3.035,00	
Gasto do Período	5.745,00		-4.070,00	

Reversão de perdas por imparidade e inventários	2017	2016
Mercadorias		
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo		
Variação da Produção (Prod. e trab. em curso)	9.223,11	2.197,51
Total	9.223,11	2.197,51



Nota 10) Rédito

10.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Prestações de serviços** – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

10.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2017	2016
Prestações de Serviços	1.232.568,38	1.186.610,50
Juros	2.348,90	3.763,81
Total	1.234.917,28	1.190.374,31

Nota 11) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Não aplicável.

Nota 12) Subsídio do Governo e Outros Apoios

12.1. Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios são reconhecidos de acordo como justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

12.2. Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras:

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes Subsídios:

Descrição	2017	2016
Centro Regional da Segurança Social do Porto	1.122.011,40	1.110.017,52
Instituto de Emprego e Formação Profissional	36.624,61	17.295,94
Outros	1.133,33	14.347,42
Total	1.159.769,34	1.141.660,88

Nota 13) Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Não aplicável.

Nota 14) Imposto sobre o Rendimento

De acordo com o despacho de 18/04/1990, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, publicado no Diário da República n.º 106, de 09/05/1991, foi reconhecida à Santa Casa da Misericórdia de Penafiel a isenção de IRC, nas categorias C, E, F e G.

Nota 15) Instrumentos Financeiros

15.1. Bases de mensuração

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram as da contraprestação.

15.2. Ativos e passivos financeiros correntes

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
Cientes e Utentes	11.211,72	13.018,51
Total	11.211,72	
Passivos financeiros		
Fornecedores C/C	18.421,24	3.075,30
Fornecedores com Caução	0,00	5.000,00
Total	18.421,24	8.075,30

15.3. Ativos e passivos financeiros não correntes

Instrumentos financeiros detidos pela entidade sem que sobre estes tenha uma capacidade de mobilização imediata.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos financeiros		
Obrigações e títulos de participação	10.178,45	4.774,97
Fundo de Compensação do Trabalho	5.238,74	3.208,26
Total	15.417,19	7.983,23
Fundadores/Beneméritos/Patroc./Associados/Membros		
Irmãos (Quotas)	2.832,50	2.077,50
Total	2.832,50	2.077,50

18.2. Outros gastos e perdas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos	516,17	928,43
Descontos de pronto pagamento concedido		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes inv. financeiros		
Gastos e perdas nos restantes inv. não financeiros		
Outros	3.312,76	4.455,97
Total	3.828,93	5.384,40

18.3. Outros rendimentos e ganhos

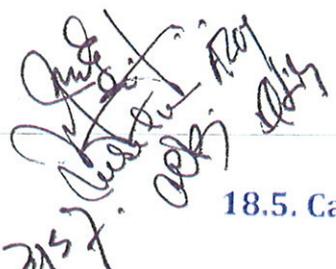
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendimentos Suplementares	50.898,06	48.134,70
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	6,90
Recuperação de dívidas a receber	400,00	350,00
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes inv. financeiros		
Rendimentos e ganhos nos restantes inv. não financeiros	344.087,87	318.008,01
Juros		
Dividendos		
Outros	156.424,41	189.556,47
Total	551.810,34	556.056,08

18.4. Diferimentos

O detalhe da rubrica "Diferimentos" em 31/12/2017 é o seguinte:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6.260,51	6.550,24
Outros gastos a reconhecer		
Total	6.260,51	6.550,24

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendimentos a reconhecer		
Juros		
Outros rendimentos a reconhecer	19.895,01	18.439,75
Total	19.895,01	18.439,75



18.5. Caixa e Depósitos Bancários

As rubricas de caixa e depósitos bancários, em 31/12/2017 é o seguinte:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	555,30	2.071,72
Depósitos à Ordem	85.478,16	35.265,59
Depósitos a Prazo		
Instituto Eduardo Cepeda	20.860,07	20.801,87
Outros	460.000,00	410.000,00
Total	566.893,53	468.139,18

18.6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido de dispêndios diretamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Foram efetuadas Depreciações das propriedades de investimento no ano 2017. As depreciações do período totalizaram 14.783,83€.

Foi alienado um prédio, escriturado pelo valor total de 2.355,88€.

A variação ocorrida nas quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período, resumem-se a:

Propriedades de Investimento	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantia escriturada bruta	Deprec. e perdas por imparidade	Quantia escriturada bruta	Deprec. e perdas por imparidade
Edifícios e outras Construções	1.522.302,01	970.242,05	1.522.302,01	953.102,34
Total	1.522.302,01	970.242,05	1.522.302,01	953.102,34

18.7. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Subcontratos		
Serviços Especializados	230.707,47	285.842,92
Materiais	42.484,99	42.847,97
Energia e outros fluidos	195.172,17	188.842,35
Deslocações, estadas e transportes	1.052,99	1.387,76
Serviços diversos	55.804,51	62.339,12
Total	525.222,13	581.260,12

2/27. J. P. ...
 A. B. ...
 Adis ...

18.8. Financiamentos obtidos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Financiamentos - Não Corrente		
Empréstimo - Caixa Crédito Agrícola	458.122,06	483.778,36
Financiamentos- Corrente		
Conta caucionada - Caixa Geral de Depósitos	5.000,00	5.000,00
Total	463.122,06	488.778,36

18.9. Outras Contas a Pagar

O detalhe da rubrica "Contas a receber a pagar" em 31/12/2017 é o seguinte:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	235.366,62	213.934,47
Fornecedores de Investimento	160.565,77	
Outros Devedores e Credores		
Total	395.932,39	213.934,47

O detalhe da rubrica "Contas a receber" em 31/12/2017 é o seguinte:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
CRSS - Verbas a repor Acordos Cooperação	16.254,15	22.864,99
Estágios Profissionais e ISS	36.186,17	27.509,01
Adiantamentos por conta de vendas	2.655,63	1.951,17
Outros Devedores e Credores - subsídios investimento	307.162,07	646.829,94
Total	362.258,02	699.155,11

18.10. Fundos Patrimoniais e seus aumentos e reduções

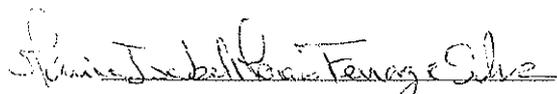
Fundos Patrimoniais	2017	2016
Fundos	95.708,03	95.708,03
Excedentes técnicos		
Reservas	38.903,79	38.903,79
Resultados Transitados	3.219.651,39	3.092.959,22
Excedentes de Revalorização		
Outras Variações de Fundos Patrimoniais	2.710.607,66	2.748.872,68
Resultado Líquido do Exercício	72.005,65	126.692,17
Total	6.136.876,52	6.103.135,89

Os valores inscritos em 2017, nas rubricas resultam do seguinte:

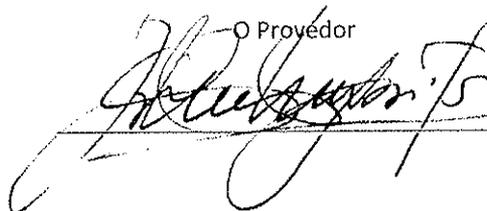
- Incorporação dos Resultados líquidos do período de 2016 em resultados transitados, no valor de 126.692,17€;
- Variações de subsídios ao investimento no valor de -38.265,02€.

Penafiel, 2 de março de 2018.

A Contabilista Certificada


Maria Isabel Maria Feneço e Silva

O Provedor


[Signature]



Princípio o útil

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAFIEL

FUNDADA EM 1509

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

PARECER DO DEFINITÓRIO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017

Aos sete dias do mês de Março de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, na Secretaria da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel (Instituição), reuniram os membros do Definitório, Irmãos Dr. Eduardo do Nascimento Moreiras Ferreira Nunes, na qualidade de presidente, Dr. António Gaspar Pereira Coelho Dias e Álvaro Adriano de Sousa Moreira, na qualidade de Vice-presidente e Secretário, respetivamente, de acordo com a alínea c) do nº. 1 do artigo 35º do Compromisso, e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o nosso parecer, como resultado do acompanhamento da atividade desenvolvida pela Instituição, sobre este Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidados da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PANAFIEL (Instituição), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras.

Ao longo do exercício em apreço, o Conselho Fiscal acompanhou a evolução da atividade da Instituição, a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e a eficácia e integridade dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, tendo efetuado reuniões com a periodicidade e extensão que considerou adequadas e obtido do Sr. Provedor, da Mesa Administrativa e dos Serviços da Instituição as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das suas atribuições, a responsabilidade do Conselho Fiscal consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Assim, avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global da Demonstração Financeira Individual e Consolidada em 31 de Dezembro de 2017, incluindo as divulgações, e se essas

Reconhecida
como
Instituição de
Solidariedade
Social, em
06/06/1985

Medalha
de Ouro
do Concelho,
"Honra",
em 1989

Presença e
participação
em vários
Congressos das
Misericórdias,
a nível
nacional e
internacional



demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Na elaboração do nosso parecer, levamos também em consideração o relatório de CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS elaborado pelo Revisor Oficial de Contas da Instituição Gil de Sousa Monteiro (Roc n.º 1547).

Concluída que foi a análise documental e seus registos contabilísticos, e apreciando sobre se são adequadas as políticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e a apreciação sobre se é a mais consentânea, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, não descortinamos desconformidades com a legislação em vigor, no que diz respeito ao arquivo documental e sua organização contabilística.

Estamos convictos de que a prova de exame às contas que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

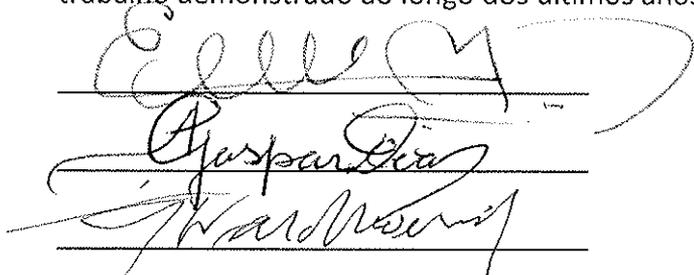
Do exame efetuado não foram detetadas anomalias materialmente relevantes.

Sobre os valores refletidos no Balanço, Demonstração de Resultados e demais documentos que evidenciam os atos de Gestão, mostramos todo o nosso apreço pelos resultados positivos finais verificados no exercício económico, resultado líquido de 72.005,65 €, bem como pelo EBITDA positivo de 336.395,32 €.

Da análise ao exercício findo em 31/12/2017, verificamos com bastante satisfação o excelente trabalho desenvolvido pela Mesa Administrativa, o empenho, a dedicação, o dinamismo e o esforço de todos os elementos que a compõem.

Desejamos ainda manifestar à Mesa Administrativa presidida pelo Sr. Provedor, Professor Júlio Mesquita e aos seus Serviços Administrativos o nosso apreço pela colaboração prestada.

Assim, somos do parecer que a digna Assembleia Geral aprove o RELATÓRIO E A CONTA DE GERÊNCIA DE 2017, bem como um voto de louvor à Mesa Administrativa, pelo bom trabalho demonstrado ao longo dos últimos anos.



Three handwritten signatures in black ink, each written over a horizontal line. The signatures are stylized and cursive. The top signature is the most prominent, followed by the middle and bottom ones.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Penafiel** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 7.126.198,84 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.136.876,52 euros, incluindo um resultado líquido de 72.005,65 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 07 de Março de 2018



Gil Sousa Monteiro
Rua do Tâmega s/n,
4200-502 Porto

